

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCVI • Nº 18

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 31 de janeiro de 2019

Palestras sobre estrutura da Casa encerram seminário para novos deputados

Temas como orçamento, ensino, pesquisa e comunicação foram abordados

A Assembleia encerrou ontem o Seminário Bem-Vindos à Casa Joaquim Nabuco. Com vistas à 19ª Legislatura, que tem início amanhã, a iniciativa se destinou a familiarizar os deputados estaduais eleitos e seus futuros auxiliares com a estrutura e o funcionamento administrativo do Poder Legislativo Estadual. Temas como orçamento, ensino, pesquisa, comunicação e solenidades institucionais estiveram em pauta.

O evento é realizado a cada início de legislatura. Este ano, foi direcionado principalmente aos 25 deputados e deputadas eleitos para o primeiro mandato e aos suplentes Sivaldo Albino e Professor Paulo Dutra, ambos do PSB - que devem ser convocados com a licença de Aluísio Lessa (PSB) e Rodrigo Novaes (PSD) para assumir cargos no Poder Executivo.

Superintendente da Escola do Legislativo (Elepe), Sebastião Rufino avaliou que as apresentações ocorreram de forma clara e o seminário teve uma “excelente adesão”. “Durante dois dias, os parlamentares eleitos puderam conhecer os trâmites e a atuação de cada superintendência da Casa. Isso é muito importante não só para eles, como para a própria Assembleia”, acrescentou.

Entre os temas abordados nesta quarta esti-



FOTOS: ALEPE

PÚBLICO-ALVO - Este ano, evento foi direcionado, principalmente, aos 25 deputados e deputadas eleitos para o primeiro mandato, além de dois suplentes. Parlamentares da atual legislatura também participaram do encontro



veram as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Elepe, os sistemas de informática e internet e os eventos e solenidades institucionais. Essas palestras foram feitas, respectivamente, pela coordenadora pedagógica da Escola do Legislativo, Fátima Galvão, e pelos superintendentes de Tecnologia da Informação, Bráulio Lira, e do Cerimonial, Franklin Bezerra Santos.

Superintendente de Planejamento e Gestão (Suplag), Fabiana Xavier destacou a importância de os deputados conhecerem a gestão orçamentária relacionada ao duodécimo repassado pelo Estado. “O planejamento é feito em conjunto com a Presidência, a Primeira Secretária e toda a Mesa Diretora da Alepe. Acho positiva a participação dos parlamentares não só na Suplag, mas no funcionamento como um todo da Casa”, disse.

Também conduziram as exposições o chefe do Departamento de TV da Superintendência de Comunicação Social (Scom), Raero Monteiro, e os superintendentes Cristiane Alves (Gestão de Pessoas), Cynthia Barreto (Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo), coronel Renildo Alves (Segurança Legislativa) e Antonieta Albuquerque (Inteligência Legislativa), além do diretor-presidente do Aleprev, Gildo Dantas.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Atos

ATO Nº 1030/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições, tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 38 da Constituição Federal e o contido no Ofício nº 01/2019 - GSO, da Câmara dos Deputados, **RESOLVE**: considerar licenciado o servidor **SEBASTIÃO IGNÁCIO DE OLIVEIRA JÚNIOR**, matrícula nº 485, Analista Legislativo; especialidade Medicina, NI10, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, para exercício de mandato eletivo de Deputado Federal no quadriênio 2019/2022, fazendo opção pelos vencimentos do cargo efetivo, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Sala Torres Galvão, 30 de janeiro de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 1031/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, do Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Requerimento Funcional nº 6625/2018, no Parecer nº 686/2018 da Procuradoria Geral e no Parecer nº 16/2019 da Mesa Diretora, emitido na reunião realizada no dia 29 de janeiro de 2019, **RESOLVE**: aposentar **MARCOS ANTÔNIO BARBOSA DE ARAÚJO**, matrícula nº 170, Analista Legislativo, especialidade: Consultoria Legislativa, NI10, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder Legislativo, com proventos integrais, nos termos do Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Sala Torres Galvão, 30 de janeiro de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 1032/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, do Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Requerimento Funcional nº 485/2019, no Parecer nº 34/2019 da Procuradoria Geral e no Parecer nº 17/2019 da Mesa Diretora, emitido na reunião realizada no dia 29 de janeiro de 2019, **RESOLVE**: aposentar **RACHEL CHERNICHARRO CORREA**, matrícula nº 209, Técnico Legislativo, especialidade: Processo Legislativo, NI10, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder Legislativo, com proventos integrais, nos termos do Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Sala Torres Galvão, 30 de janeiro de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2018.

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às 10 horas, no Auditório Senador Sérgio Guerra, nos termos regimentais e sob a Presidência do deputado Zé Maurício, presidente deste colegiado técnico, foi realizada a Audiência Pública Conjunta da Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade deste Poder Legislativo e da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção Pernambuco ABES/PE, com objetivo de conhecer a experiência do Fechamento do Lixão da Estrutura do Distrito Federal e Criação do Aterro Sanitário de Brasília". O deputado Zé Maurício iniciou agradecendo a presença de todos e em seguida convidou para compor a mesa: A Engenheira Eliane Kátia Tavares Campos, presidente do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, o Dr. Sérgio Santos, presidente da ABES-PE, a Dra. Bárbara Cavalcante, coordenadora da Câmara Temática de Resíduos Sólidos da ABES Nacional, o Dr. Hélder Nogueira da CPRH, o Sr. José Cardoso, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, o Professor José Fernando Jucá, coordenador do Grupo de Resíduos Sólidos da UFPE; e registrou as presenças de: Tobias Silva, economista da FIEPE; Alexandre Santos, presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco; André Lopes, diretor administrativo do CREA-PE; Alice Domingues, Fórum Estadual Lixo e Cidadania; Simone Ferreira Teixeira, professora da UPE; José Roberto da Silva, vice-presidente da Associação Pernambucana de Engenheiros Florestais; Sheilla Pincovsky, diretora da Agência CONDEPE/ FIDEM;

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Vice-Presidente**, Pastor Cleiton Collins; **2º Vice-Presidente**, Deputado Romário Dias; **1º Secretário**, Deputado Diogo Moraes; **2º Secretário**, Deputado Vinícius Labanca; **3º Secretário**, Deputado Júlio Cavalcanti; **4º Secretário**, Deputado Álvaro Porto; **1º Suplente**, Deputado Augusto César; **2º Suplente**, Deputada Socorro Pimentel; **3º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz; **4º Suplente**, Deputado André Ferreira. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Fabiana da Silveira Xavier; **Superintendente Administrativo** - Ana Cecília Soares Bezerra; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Cristiane Alves de Lima Santana; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - Sebastião Rufino; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Mardoqueu Julio da Silva; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editores** - Verônica Barros; **Subeditoras** - Cláudia Lucena e Helena Castro de Alencar; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro, Luciano Galvão Filho e Geanne Gouveia (**estagiária**); **Fotografia**: Roberto Soares (**Gerente de Fotografia**), Breno Laprovitera (**Edição de Fotografia**), Giovanni Costa, Lourival Maia, Sabrina Nóbrega; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scom@alepe.pe.gov.br.



Flávio Bernardo, assessor da Controladoria Prefeitura de Pesqueira; Alexandre Ramos, presidente do Comitê Bacia do Capibaribe; Major Sérgio Sousa, subcomandante do CIPOMA; Dra. Ana Gama, gerente de captação de recursos da Secretaria das Cidades; Alunos e Professores da Faculdade São Miguel; Paulo Bandeira, representando a prefeita de Surubim Ana Célia de Farias. Logo após, o Deputado Zé Maurício falou da sua preocupação sobre a questão do resíduo sólido no Brasil e especificamente em Pernambuco, e em seguida passou a oportunidade para Dra. Kátia fazer a apresentação do tema proposto. Ela iniciou agradecendo a oportunidade e fez a sua apresentação enfatizando a situação real de Brasília em relação ao fechamento do lixão. Na oportunidade ela informou que, Brasília optou por tratar o lixo e não aterrar, mas não pensou nos rejeitos das usinas, pois as usinas não comportavam 100% dos resíduos da capital, e por isso inaugurou uma usina de incineração de resíduos de saúde e construíram 3 unidades de transbordo e outras procedimentos foram realizados, tais como a segunda usina de Tratamento Mecânico Biológico, a coleta seletiva nas quadras do plano piloto, e depois o aterro sanitário foi construído e a coleta seletiva em todo o DF foi implantado, mas teve vida curta. No primeiro registro tinha cerca de 50 famílias, no segundo 120 e por vários anos seguidos foram registrados diagnósticos dos catadores. Ela ressaltou que, todas as ações foram registradas em cartório, tais como: fechar o lixão, abrir o aterro, incluir os catadores e reerguer a SLU, logo, tudo foi oficializado; que o governador criou por decreto um grupo pra implantar as ações, e a partir daí, foi reinstalado o Comitê de Inclusão Social dos Catadores que tinha sido criado no governo anterior; e que atualmente existem 28 contratos com 22 cooperativas, sendo que 11 recebem pra fazer coleta seletiva e 11 recebem por triagem do material. Continuando, ela enfatizou que fez um planejamento estratégico para realizar as ações e que existe o Conselho de Limpeza Urbana que fica responsável pela fiscalização. E para finalizar ela informou que os desafios é continuar dando transparência, modernização, redução de custo, capacitação dos servidores, redução dos resíduos no aterro, ampliação dos papa-lixos, papa-entulhos e ampliar a coleta seletiva. O Deputado Zé Maurício agradeceu a Dra. Kátia pela explanação, e convidou para compor a mesa o Promotor de Justiça Dr. André Felipe de Menezes, coordenador do CAOP/PE e o Dr. Alfredo Montezuma, gerente de auditoria do TCE/PE e a Deputada Laura Gomes. Logo após, ele registrou a presença de: Dra. Silvana Cabral, da empresa RECITEC Ambiental e Projetos; Dr. Guilherme Tavares, secretário de saneamento da Prefeitura do Recife; Dr. Estênio Coentro da Associação Brasileira de Engenheiros Cartográficos de Pernambuco; Dra. Terezinha Uchôa, diretora de Projetos Especiais da Prefeitura de Ipojuca; a Equipe do Instituto de Direito Ambiental e Urbanístico; Dr. Lúcio Fábio da Silva, gestor da CTEC; Dr. Alexandre Menelau, diretor da CTR/PE; Dr. Luciano Burgos, gerente comercial da CTR/PE, Dr. Osório Peixoto, gestor da SESURB; Sr. Breno Morais, coordenador do CREA Júnior; Cristiano Carrilho, diretor de planejamento de educação ambiental da Prefeitura de Olinda; Marcelo Mota, vice-prefeito de Limoeiro; Bruno Mota, Secretário de Agricultura de Limoeiro; equipe do CONCREMAT; equipe de Vigilância Sanitária de Pernambuco; cooperativas COCAREC e COPAGRES; Sra. Flávia, coordenadora de projetos sustentáveis da ASA; Sr. Marcos Gonçalves, representando o prefeito de Maraiá, e o Sr. José Newton, gestor do aterro sanitário de Altinho. Em seguida o deputado presidente passou a palavra ao Dr. Sérgio Santos, presidente da ABES/PE, para fazer suas considerações. O Dr. Sérgio Santos iniciou falando da importância da vontade política, da dificuldade de realizar coleta seletiva e do apoio aos catadores; e em seguida ressaltou a importância do apoio financeiro para os catadores e do escalonamento das atividades. Logo após, a Deputada Laura Gomes saudou a todos os presentes, justificou seu atraso e falou da valorização dos catadores e especificamente, das mulheres catadoras, enfatizando que, eles devem ser vistos como o maior agente de desenvolvimento ambiental do país e do mundo. O Dr. Hélder Nogueira, diretor do CPRH, informou que atualmente tem uma tabelinha bastante interessante entre a Secretaria de Meio Ambiente e a CPRH, onde a Secretaria faz a política pública e integra em todo Pernambuco e os Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos e a CPRH executa. E que a CPRH pretende aumentar o número de aterro licenciado e de pessoas atendidas, objetivando acabar com os lixões, e também pretende interiorizar os aterros, pois alguns municípios encontram-se em situações difíceis; e continuando ele parabeniza a Dra. Kátia pela excelente apresentação. O Deputado Zé Maurício enfatiza que além da gestão política é necessário a conscientização da população para que o objetivo seja alcançado. O Professor José Fernando Jucá parabenizou a iniciativa da Comissão de Meio Ambiente e provocou o Deputado Zé Maurício a promover outras reuniões e montar um programa de debate para o crescimento do Estado, e também parabenizou a Dra. Kátia pela palestra brilhante, e pelo seu trabalho que é marcado pelo equilíbrio, transparência, honestidade, sinceridade e muita competência. O Deputado presidente aceitou a sugestão de ter mais debates e logo passou a palavra Barbara Cavalcanti, que de imediato cumprimentou a todos da Mesa e agradeceu ao Deputado Zé Maurício, ao Dr. Geraldo Miranda, a Empresa de Engenharia Sanitária e Construção, a Dra. Kátia, a Deputada Laura Gomes. Ela também falou da importância do entusiasmo e da transparência com a temática de resíduos sólidos, e disse que o desafio é o poder público, juntamente com as empresas privadas, consultorias, o movimento dos catadores e a sociedade civil participarem ativamente de todo processo. Logo após, o Deputado Zé Maurício registrou as presenças de: Ademir Damião, Ana Eduarda, Tilo Smith, Fátima Gonçalves, Sávio Dornelas, Roberto Gonçalves, Dr. Gustavo de Melo, Laís Maciel, Simone Cruz, Kelly Sales, cooperativas de Jaboatão: Recicla Vila Rica, Coopemare Maria da Penha e Coopemare Cucuruna; e depois passou a palavra pra o Sr. José Cardoso, que logo agradeceu o convite, enfatizou a importância do exemplo deixado pelo Dra. Kátia e informou que em Pernambuco, os 19 municípios da Mata Norte só tem duas cidades com o lixão fechado, onde foi encontrado coisas absurdas, crianças, jovens, adolescentes, escrivão nos dias de hoje dentro de lixões. Ele ainda enfatizou que é preciso ter vontade política para mudar a situação, e que ele fez um diagnóstico de catadores e espera que saia um programa de governo em Pernambuco, uma política pública voltada para eles. Em seguida, o Dr. Alfredo Montezuma, auditor do TCE/PE parabenizou a todos pelo evento e informou que Tribunal divulga anualmente um diagnóstico, e ele tem visto uma evolução muito pequena e o fechamento dos lixões ainda não está nem sendo muito atacado no diagnóstico, pois o que está mais divulgado é a questão do surgimento dos novos aterros e da destinação adequada. Continuando, ele ratificou a importância da educação ambiental e do plano de gestão, que foram enfatizados pela Dra. Kátia, e colocou o Tribunal à disposição da Assembleia e dos demais órgãos. O Dr. André Felipe agradeceu ao Deputado Zé Maurício e parabenizou a Dra. Kátia pela brilhante exposição e pelo alento que trouxe mostrando o grande esforço que foi empreendido para fechar o maior lixão da América Latina. Ele falou que antes de fechar o lixão é preciso planejar o que fazer com as pessoas, é preciso dimensionar as ações interdependentes, incluir os catadores em políticas de inclusão social, na econômica e na educação ambiental, e para isso, se faz necessária vontade política, um corpo técnico, um controle social e uma mudança de postura dos entes públicos e dos gestores públicos. Ele ainda informou que está trabalhando no relatório que o Tribunal de Contas remeteu ao Ministério Público e foi detectado inconsistências, tendo em vista que, uma inspeção que se faz hoje, amanhã pode já não ser a mesma coisa, logo, o que era lixão ontem já pode ter virado aterro, o que era um aterro controlado pode ter virado lixão por falta de operação, uma licença que existia ontem hoje pode ser suspensa ou até cancelada pela CPRH, ou seja, as inconsistências estão sendo tabuladas. O Dr. Cristiano Carrilho, diretor de planejamento e educação ambiental da Prefeitura de Olinda; a Sra. Lindaci, da cooperativa em Abreu e Lima; o Sr. Alexandre Ramos, a Sra. Simone Cruz e a Dra. Ana Gama, da Secretaria das Cidades. Logo após, a Dra. Kátia respondeu as perguntas realizadas pela plenária, e ainda foi questionada pelo Dr. José Fernando Jucá em relação ao percentual que o DF gastou no setor de resíduos, e a Dra. Kátia respondeu que o DF é um pouco diferente, porque recebe verbas federais a mais do que alguns municípios, e que comparado com o resto do Brasil, o DF tem gastado muito menos que a média. Também falou: a consultora ambiental, Sra. Dora Vasconcelos; o Sr. Ademir, representando o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e a CUT, perguntou como foi feito a contratação dos catadores no DF, pois ele disse que não conhece nenhuma prefeitura que conseguiu, porque a legislação não permite; a Sra. Silvânia Cabral, o Dr. Roberto Coelho questionou como se deu a coleta dos resíduos da saúde. Logo após a Dra. Kátia respondeu ao Sr. Ademir e ao Dr. Roberto, respectivamente, informando-os que na Lei de Saneamento nº 11.445/07, tem um artigo que fala que o poder público pode contratar cooperativas e associações de catadores legitimamente compostas por pessoas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como tal, por isso não precisa abrir uma licitação e o que a SLU em Brasília fez, não foi uma licitação e sim uma chamada pública para cooperativas, e que, o resíduo da saúde do DF é coletado, onde o SLU faz o edital mas quem paga, por lei, é a Secretaria de Saúde, e a empresa que ganhar faz a incineração dentro do DF e as cinzas vão pra o aterro sanitário em Betim, Minas Gerais. O Dr. Hélder Nogueira informou que em Pernambuco têm duas empresas licenciadas que faz o tratamento dos resíduos de saúde. O Sr. José Cardoso falou sobre alguns problemas relacionados a coleta do vidro. A Dra. Bárbara Cavalcante informou que um percentual significativo dos resíduos orgânicos da CEASA vai para Lógica Ambiental, que é uma empresa que faz compostagem e tem um programa duplo sustentável; e depois agradeceu a todos os presentes, a Dra. Kátia e a Comissão de Meio Ambiente da ALEPE e toda a sua equipe. Então não havendo nada mais a tratar, o Deputado presidente agradeceu a Dra. Kátia e todos os presentes, e em seguida encerrou a reunião. E, para que tudo fosse registrado, eu, Maria Joseane Lopes de Amorim, Assessora desta Comissão, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Deputado Zé Maurício
Presidente

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às onze horas e trinta minutos, no Plenarinho II, Deputado João Lyra Filho, localizado no Edifício Miguel Arraes de Alencar, nos termos regimentais e sob a Presidência do Deputado Zé Maurício reuniram-se os deputados: Laura Gomes e José Humberto. Então, havendo quórum regimental, o Senhor Presidente iniciou a reunião fazendo a leitura da ata da reunião anterior, que de imediato foi aprovada por todos os presentes. Logo após, foram distribuídos: o Projeto de Lei Ordinária nº 2041/2018, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a sua supressão em Área de Preservação Permanente nas áreas que especifica, o Projeto de Lei Ordinária nº 2051/2018, de autoria do Deputado Zé Maurício, que altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída à rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, para prever a proibição de alimentos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados na merenda escolar, e o Projeto de Lei Ordinária nº 2056/2018, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a sua supressão em Área de Preservação Permanente nas áreas que especifica; ficando respectivamente como relatores os deputados José Humberto, Laura Gomes e José Humberto. Em seguida, o Deputado Presidente colocou para discutir os seguintes Projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 2021/2018, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a sua supressão em Área de Preservação Permanente nas áreas que especifica, que ausência do Relator Deputado Henrique Queiroz, a relatoria foi repassada para a Deputada Laura Gomes, que concedeu parecer pela aprovação; Projeto de Lei Ordinária nº 2041/2018, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a sua supressão em Área de Preservação Permanente nas áreas que especifica e o Projeto de Lei Ordinária nº 2056/2018, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a sua supressão em Área de

Preservação Permanente nas áreas que especifica, onde ambos tiveram como relator o Deputado José Humberto, que deu parecer pela aprovação aos dois projetos. Logo após, o Deputado Zé Maurício passou as seguintes informações: Apresentação da Minuta de Proposta para alteração da Lei do ICMS Socioambiental, na Sala de Reunião da CONSULEG – 5º andar – Sala 501 no dia 22 de outubro de 2018, as 10 horas, e o Lançamento do Projeto “Fortalecendo Conselhos Municipais de Meio Ambiente por meio dos Planos Locais de Mata Atlântica” e outros biomas, de iniciativa da ANAMMA Nacional e da ONU Meio Ambiente em parceria com as Assembleias Legislativas, no Auditório da ALEPE no dia 29 de novembro de 2018, às 14 horas. Então não havendo nada mais a tratar, o Deputado presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E, para que tudo fique registrado, eu, Maria Joseane Lopes de Amorim, Assessora desta Comissão, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Deputado Zé Maurício
Presidente

Deputado José Humberto Cavalcanti
(Vice-Presidente)

Deputado Romário Dias

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2018.

TEMA: ATUAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE HAPVIDA EM PERNAMBUCO.

Ao vigésimo quarto dia do mês de agosto de dois mil e dezoito, às nove horas, no Auditório Senador Sergio Guerra, desta Assembleia Legislativa, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, do dia 22/08/2018, realizou-se a presente audiência pública para tratar sobre: Atuação do Plano de Saúde Hapvida em Pernambuco. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Presidente Deputado Edilson Silva, que em seguida, apresentou os componentes da Mesa: Dra. Cristina Sakaki – Defensora Pública do Estado de Pernambuco; Dr. Igor Facó – Diretor Jurídico do Hapvida; Dra. Liliane da Fonseca Lima Rocha – Promotora do Consumidor do Ministério Público de Pernambuco; Sr. Alexandre Bulhões – Presidente do Sindicato dos Servidores do Departamento de Pernambuco (Sindetran) e usuário do Hapvida; Dr. Rodrigo Machado – membro da Comissão de Direito e Saúde da OAB/PE; Dr. Flávio Wanderley – presidente da ABRAMGE/Nordeste; Dr. Anderson Nascimento – superintendente da Rede Hapvida; Dr. Mário Fernando Lins – presidente eleito do Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (CREMEPE); Dr. Mário Jorge Lobo – diretor do Sindicato dos Médicos de Pernambuco (SIMEPE); Sra. Maria de Lima – usuária do Hapvida; Sra. Vanessa Coelho – funcionária do DETRAN e usuária do Hapvida. Agradeceu a presença de todos. Justificou a ausência da Deputada Socorro Pimentel, que não pode comparecer por motivos de saúde. Enfatizou que esta Audiência Pública foi convocada porque houve graves denúncias ao Plano de Saúde Hapvida. Falou de denúncias que apontam transferência para a rede pública de usuários do Hapvida quando o procedimento é mais complexo. Em seguida, o Sr. Alexandre Bulhões criticou a Comissão de Saúde e Sustentabilidade, por não tratar do caso. Falou que o Hapvida é o plano de saúde dos funcionários do DETRAN. Relatou que na inauguração do contrato com o Hapvida uma colega de trabalho teve complicações no atendimento e veio a óbito. No entanto, acredita que o caso está relacionado à negligência médica e não ao plano de saúde. Disse que um colega de trabalho não teve a estrutura necessária no Hapvida por ser obeso, mas que foi transferido para o Real Hospital Português. Falou que a questão de saúde pública e privada precisa da atenção da sociedade civil. O Presidente enfatizou que a Audiência Pública se propõe a tratar as problemáticas acerca do Plano de Saúde Hapvida, que não será possível tratar no momento as questões que envolvem a responsabilidade do estado, nem as responsabilidades individuais dos funcionários do Hapvida. Logo após, o Dr. Mário Jorge Lobo apontou um processo de falência do modelo de prestação de saúde do sistema privado, baseado no risco e no lucro. Falou que chegaram ao SIMEPE inúmeras denúncias acerca da desassistência da população, da relação entre médico e paciente, da contratação terceirizada de funcionários. Quanto à desassistência da população, o problema foi encaminhado para a Assembleia Legislativa. Exemplificou que procedimentos ortopédicos que demandem utilização de vídeo artroscopia, procedimento de rotina nos serviços públicos e em todos planos de saúde, mas que há restrições para realizar tal procedimento no Hapvida. Falou que o modelo de remuneração do Hapvida é baseado na volumetria, ou seja, quanto mais atendimentos de saúde básicos, que não exijam custos altos for feitos, maior o salário dos profissionais. Espera que os representantes da Hapvida esclareçam tais questões. Disse que o profissional médico tem o pleno conhecimento, mas que não existem plena autonomia e capacidade no trabalho. Criticou que todos os problemas ficam a cargo do médico, pois é vendida uma imagem de autonomia médica. Dr. Mário Fernando Lins, posteriormente, disse que o CREMEPE tem a finalidade de regulamentar e fiscalizar a profissão médica. Disse que todas as denúncias que chegam ao CREMEPE são apuradas através de sindicâncias. Falou da resolução do Conselho Federal de Medicina, nº 2147/2017, que proíbe auditoria à distância. Frisou que o tempo de atendimento deve ser o tempo que o médico achar adequado ao paciente. Frisou que a autonomia do médico deve ser respeitada. O Presidente pediu ao Dr. Igor Facó para que, além de responder as questões já colocadas, se posicionar sobre uma denúncia de que há profissionais médicos que dão plantões simultâneos no Hospital da Restauração e na unidade de Pronto Atendimento Derby do Hapvida. Ademais, se os procedimentos realizados pelos usuários do Hapvida na rede pública de saúde estão sendo ressarcidos ao estado. Seguidamente, Dr. Igor Facó saudou a todos. Apresentou-se como funcionário da empresa há catorze anos. Disse que era importante trazer dados do rendimento da empresa. O Plano de Saúde Hapvida possui três milhões e oitocentos mil beneficiários, é o maior Plano de Saúde da região Nordeste e o terceiro maior do Brasil e emprega 18.000 funcionários. Atualmente, são 26 hospitais, 75 hapclínicas, 19 Prontos Atendimentos, 83 Centros de diagnóstico por imagem e coleta laboratorial distribuídos nos 11 estados onde a operadora atua com rede própria. O Presidente perguntou a porcentagem que Pernambuco representa do faturamento da empresa. Dr. Igor Facó, respondeu que não teria essa informação no momento. Disse que em Pernambuco são: 770.000 beneficiários e 3.465 empregados, 06 hospitais próprios, 05 Prontos Atendimentos, 15 hapclínicas e 1200 médicos contratados. Demonstrou uma classificação das dez principais operadoras que atuam no estado, de acordo com o número de clientes, ocupando o primeiro lugar o Plano de Saúde Hapvida. Disse que a diferença entre o Hapvida e a Unimed (segundo lugar) é de quase o triplo de beneficiários. Citou uma segunda classificação, por número de reclamações registradas na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no qual o Hapvida ocupa o oitavo lugar entre as dez maiores empresas. Falou que são 2,92 reclamações para cada 10 mil beneficiários. Concluiu que tais dados demonstram a seriedade no serviço, mas que ainda tem muito a melhorar. Disse que o Hapvida nos últimos anos teve avaliações positivas no Índice de Desempenho de Saúde Suplementar, no Índice Geral de Reclamação e no Percentual de Finalização Assistencial, todos da ANS. Elucidou que a ANS avalia trimestralmente todas as operadoras e suspende planos de operadores que não demonstram bom rendimento e o Hapvida nunca teve nenhum plano suspenso. Exaltou que o Hapvida ainda comercializa planos individuais. Com relação ao ressarcimento ao SUS, disse que, segundo dados da ANS, o Hapvida ocupa o 48º lugar dentre cinquenta Planos de Saúde com relação ao número de beneficiários que procuram o SUS. Frisou que não é rentável encaminhar pacientes ao SUS, pois o valor cobrado é muito superior ao que gastariam com o paciente em rede própria. Citou prêmios que o Hapvida recebeu por pesquisas populares realizadas pelo Jornal do Comercio e Diário de Pernambuco. Colocou-se a disposição para demais esclarecimentos. O Presidente disse que a aparência engana bastante e que é preciso trabalhar em fatos concretos. Logo após, o Dr. Anderson Nascimento apresentou-se enquanto cirurgião cardíaco, contratado pelo Hapvida há um mês para melhorar a qualidade do serviço do plano. Garantiu que o bom atendimento ao usuário é o foco da empresa. Elucidou que o Hapvida garante acesso à saúde suplementar num custo acessível. Posteriormente, o Dr. Flávio Wanderley disse que na sua época sequer havia legislação sobre saúde suplementar. Falou que sua operadora de saúde foi vendida ao Hapvida em 2008. Elogiou a estrutura do Hapvida e diz que não se arrependeu da venda. Afirmou que há juristas que contestam a constitucionalidade do ressarcimento ao SUS, pois o indivíduo tem a liberdade de ir e vir. Frisou que em Pernambuco existe o Fórum de Saúde Pública e Suplementar, no qual buscam discutir e resolver sem judicializar essas questões. Em seguida, o Dr. Rodrigo Machado disse que a Comissão de Direito e Saúde da OAB/PE também recebeu queixas de pacientes oncológicos do Hapvida, com relação ao tempo para descobrir a doença e, posteriormente, para iniciar o tratamento. Disse que a OAB também está preocupada com essas demandas e que desejam chegar à uma resolução de fato. O Presidente afirmou que pode haver exagero, tanto nas denúncias, quanto na exaltação das qualidades do plano, mas que é possível encontrar um denominador comum. Seguidamente, a Dra. Cristina Sakaki apresentou-se enquanto representante da área de Saúde Pública da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPE). Lamentou a ausência da Deputada Socorro Pimentel e da Comissão de Saúde da Alepe. Relatou que a DPE recebe com frequência denúncias contra diversos planos de saúde. Frisou que o Fórum de Saúde Pública e Suplementar é para tratar de situações pontuais e que atingem a coletividade. Frisou que as pessoas que procuram a Defensoria Pública não sabem o direito que tem. Logo após, a Dra. Liliane da Fonseca Lima Rocha agradeceu o convite. Elucidou que as denúncias apresentadas pelo SIMEPE são gravíssimas e estão sendo investigada no âmbito do Ministério Público, sob a responsabilidade da promotora Rosa Andrade, da 10ª Promotoria do Consumidor. Não é sabido se as denúncias são totalmente procedentes, mas que é notório que os serviços da Hapvida estão deixando a desejar no Estado de Pernambuco. Afirmou que os dados demonstrados não os convencem, pois são poucas as pessoas que acreditam e procuram a ANS. Falou que o Hapvida atende muito bem os procedimentos de baixa complexidade. Disse que existe um grande número de casos judicializados no Estado de Pernambuco contra o Hapvida. Questionou as colocações da empresa, pois se a intenção é resolver as questões, deveriam trabalhar com transparência. Afirmou que o plano nega procedimentos mais complexos e exemplificou sobre um caso específico, se prontificou a assinar um Termo de Ajustamento de Conduitas (TAC) para garantir home care (serviço negado no contrato), entretanto, posteriormente, negaram-se a assinar tal termo e o Ministério Público teve que entrar com processo judicial. Elucidou que o Ministério Público trabalha com causas coletivas e que por isso talvez a empresa tenha dificuldade de assinar um TAC, pois serviria para todos os usuários. O Presidente afirmou que tem o papel de construir conciliações. Disse que é nítido o desnívelamento entre o que o Hapvida acha de si e o que a sociedade acha do Hapvida. Propôs como encaminhamento uma sistematização de todos os dados contra e a favor do Hapvida, através de um Grupo de Trabalho e a partir disso analisar qual o procedimento adequado e talvez abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Lamentou o acontecido na primeira tentativa de audiência para tratar a Atuação do Plano de Saúde Hapvida em Pernambuco, realizada em 12/06/2018. Em seguida, concedeu a palavra para os inscritos: o Sr. Daniel Geraldo, a Sra. Marisa Maria de Lima, a Sra. Joselma Verônica. O Sr. Daniel Geraldo apresentou-se como usuário do Plano de Saúde Hapvida. Falou que a médica que realizou a ultrassonografia para indicar o falecimento do seu filho já tinha feito mais de oitenta ultrassonografias sem ajuda de assistente. Criticou

a demora do cumprimento de ordem judicial. Falou que sua esposa, antes de perder o bebê, estava há sete dias com febre e não foi internada. Disse que o médico foi insensível no tratamento com sua esposa. A Sra. Marisa Maria de Lima, posteriormente, contou que seu marido, no dia 10 de abril de 2018 procurou a emergência do Hapvida, em Olinda, pois apresentava dores nas pernas. Após a realização de exames, foi transferido para o Hospital Ilha do Leite, do grupo Hapvida, com suspeita de trombose. Disse que os médicos concluíram que não havia trombose. Relatou que no dia 12 de abril de 2018 seu marido realizou um exame de cateterismo e deveria ter feito um exame de ultrassonografia em seguida, mas apenas foi realizada muitas horas depois e a perna direita do seu marido foi condenada e amputada. Relatou que após três dias, voltou a queixar-se de dores nas pernas. Ressaltou que o médico da emergência do Hospital Ilha do Leite recusou-se a atendê-los neste dia. Disse que esperou muitas horas para autorizar a realização de exame e cirurgia de desobstrução. Falou que, ao final, foi descoberto um trombo no coração. Frisou a necessidade de investigar a empresa. Pediu mais seriedade no trato com os clientes. Seguidamente, a Sra. Joselma Verônica disse que o resultado de exames de imagem no Hapvida é entregue em CD e o médico que lhe atendeu, também do Hapvida, disse que não tinha equipamentos para ler o CD e ver a imagem. O Presidente disse que o Hapvida está tratando os problemas aos poucos, diretamente com cada órgão e individualmente com os usuários, dessa forma, não estão tratando o problema coletivo. Falou da importância da mobilização dos usuários. Logo após, a Dra. Liliane da Fonseca Lima Rocha parabenizou o Presidente pela iniciativa. Pediu ao Hapvida para que aceite a proposta do Ministério Público e fazer um levantamento das demandas do plano e para que a empresa aponte caminhos e soluções para os problemas. Seguidamente, a Dra. Cristina Sakaki disse que não é só o Hapvida o plano denunciado pela população. Elucidou que a Defensoria Pública também tem a prerrogativa de entrar com ações coletivas. Dr. Rodrigo Machado, posteriormente, disse que estava contemplado pelas palavras da Dra. Liliane. Colocou-se a disposição. Dr. Flávio Wanderley, em seguida, disse que todos tem o objetivo comum de promoção da saúde. Falou que as questões particulares não podem ser generalizadas. Agradeceu pelo convite e colocou-se à disposição. Logo após, o Dr. Anderson Nascimento falou que gostaria de conversar com os usuários do Hapvida que estão presentes. Com relação aos exames de imagem, disse que serão disponibilizados em rede online e que a impressão do filme é uma agressão ao meio ambiente. Dr. Igor Facó, posteriormente, lamenta os casos que foram expostos. Garantiu que isso não faz parte do espírito da empresa. Disse que estão sempre abertos ao diálogo. Agradeceu pelo convite. Dr. Mário Fernando Lins disse que o CREMEPE tem a responsabilidade de apurar os fatos até a resolução. Disse que os casos que acompanham estão sob segredo de justiça. Explicou que pretende criar uma Câmara Técnica de Saúde Suplementar, onde terão assentos os diretores técnicos das operadoras, os conselheiros e os usuários, com intuito de resolver os problemas com diálogo. Disse que a desassistência mata a população pobre. Logo após, o Dr. Mário Jorge Lobo elucidou que não existe interesse das instituições médicas de atacar nenhum plano, mas de investigar as denúncias feitas. Lamentou que no cenário nacional não houvesse debate político sobre o Sistema de Saúde Suplementar. Questionou se existe interposição pela gestão no atendimento de quinze minutos, se há redução de procedimentos mais caros, se o modelo remuneratório é baseado na volumetria. Falou que o Estado de Pernambuco precisa ser cobrado acerca do ressarcimento dos procedimentos realizados pelos usuários do Hapvida na rede pública. O Sr. Alexandre Bulhões disse que existe o interesse da empresa dialogar e melhorar. Colocou-se a disposição para auxiliar nos encaminhamentos. Nada havendo a acrescentar, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, eu, Adriana Soares da Silva, Assessora desta Comissão, lavrei e digitei esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado Edilson Silva
Presidente da Comissão de Cidadania,
Direitos Humanos e Participação Popular

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 2 DE OUTUBRO DE 2018.

TEMA: SITUAÇÃO DOS USUÁRIOS DO PLANO DE SAÚDE HAPVIDA EM PERNAMBUCO.

Ao segundo dia do mês de outubro de dois mil e dezoito, às nove horas, no Auditório Senador Sérgio Guerra, desta Assembleia Legislativa, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, do dia 02/10/2018, realizou-se a presente audiência pública para tratar sobre: Situação dos Usuários do Plano de Saúde Hapvida em Pernambuco. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Presidente Deputado Edilson Silva, que esclareceu que essa seria uma audiência pública atípica, pois seria de organização, em cumprimento ao encaminhamento dado na audiência anterior. Disse que a audiência foi solicitada originalmente pela Deputada Socorro Pimentel, que passou a receber graves denúncias contra o plano de saúde HAPVIDA, da ótica de médicos, vítimas desse plano, que estavam sendo constrangidos a não atuar com as melhores práticas médicas para atender os usuários do plano. A partir dessa gravidade, trouxemos o debate para esta Comissão, que tem por mérito discutir sobre os direitos humanos, da cidadania e do consumidor. Para tanto, na audiência pública anterior, estiveram presentes no debate as seguintes Instituições: Defensoria Pública de Pernambuco, OAB, Ministério Público, SIMEPE, CREMEPE. Lembrou da movimentação de deputados para que a audiência do dia 12/06/2018 não ocorresse, onde o então presidente deputado Guilherme Uchoa mandou trancar todos os auditórios da Alepe. Mesmo assim a audiência ocorreu e em um segundo momento pôde ouvir os dois lados, onde os usuários trouxeram seus problemas com o plano e este por sua vez trouxe números positivos. Diante disso, sugere que as queixas dos usuários sejam qualificadas, para confrontar com os números trazidos pelo HAPVIDA, onde este diluiu as queixas em estatísticas e sob sua ótica, mostrou que o número de queixas era ínfimo. Disse que o índice de satisfação calculado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar tem que ser confrontado. Informou que a Defensoria Cristina Sakaki informou na audiência anterior, que existe uma Câmara de Conciliação e Redução de Conflitos na área de saúde, na Defensoria Pública e desconfia que esta esteja contribuindo para diminuir o número oficial de denúncias contra o HAPVIDA? Disse que talvez o HAPVIDA esteja se aproveitando dessa Câmara para evitar que uma denúncia seja formalizada. Sugeriu que fosse feita uma pesquisa de amostragem de denúncias formalizadas, do período de janeiro a junho de 2018 e confrontar também com denúncias não formalizadas nesse mesmo período. Disse que precisa também rebater a informação dada pelo diretor jurídico do HAPVIDA de que desconhece que algum usuário do plano tenha sido atendido pelo SUS. Todavia, chegou uma denúncia ao seu conhecimento de que um usuário do HAPVIDA teria sido transferido de ambulância do plano para o SUS. Disse que suspeita que o HAPVIDA esteja manipulando esses números, tendo em vista que o plano não dispõe de cirurgião torácico e até a presente data nenhum dos 440 mil usuários precisou de referido profissional? Sugere que seja criado um grupo de quatro ou cinco pessoas para sistematizar os números; e realizar outra audiência, dessa vez à noite para que um número maior de usuários possa participar. Acrescentou que o grupo irá contar também com a Comissão de Saúde da OAB/PE e com o Ministério Público. Que o intuito é verificar se o HAPVIDA incentiva um modus operandis que prejudica os usuários, em seguida abriu para a plateia se pronunciar. A Sra. Dhuan Vitorino se identificou como usuária e mãe de usuário de dois anos, leu uma carta onde relata negligência médica e do HAPVIDA. O Sr. Edson Araújo se identificou como esposo de usuária, disse que sua esposa foi atropelada por uma moto e teve que fazer cirurgia nas pernas, teve alta do hospital, ocorre que continuou sentindo dores na perna esquerda, sendo constatado posteriormente através de ressonância, que o médico esqueceu um parafuso na perna esquerda dela, por isso sua esposa sente dores. Já se passaram mais de trinta dias da cirurgia e ainda não foi marcada nova cirurgia para retirada desse parafuso. O Presidente enfatizou a importância de sistematizar as denúncias, para que as denúncias deixem de ser individualizadas e passe a ser coletiva. Em seguida a Dra. Shirley Fonseca, se identificou como advogada de um usuário do HAPVIDA. Disse que é membra de um grupo no Whatsapp “Hapmorte”. Disse que seu cliente sofreu um acidente de moto e teve que colocar uma placa de titânio, tendo sido recusada pelo HAPVIDA. Que em decorrência da demora o problema do seu cliente se agravou e ele a procurou para judicializar a situação e se socorreu ao SUS. Que o HAPVIDA cancelou seu plano, mas que ela conseguiu reverter na justiça. Disse que várias cesarianas estão sendo negadas, para que o parto seja progolando para um parto normal, pondo em risco às vezes a vida das mães e de seus bebês. Em seguida o Sr. Washington Campo se identificou como funcionário do Detran/PE, usuário do HAPVIDA. Disse que seu pai foi diagnosticado com câncer de próstata. Que seu pai precisou fazer radioterapia e o plano enrolou durante dois meses, só conseguiu após denúncia a ANS. O Presidente ratificou o poderio financeiro e político do HAPVIDA, detentora de meios de comunicação, como rádio e TV. Reafirmou os possíveis problemas a serem enfrentados, mas que está disposto a enfrentar, mas que precisa da ajuda de todos e da funcionalidade do grupo. Nada havendo a acrescentar, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, eu, Adriana Soares da Silva, Assessora desta Comissão, lavrei e digitei esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado Edilson Silva
Presidente da Comissão de Cidadania,
Direitos Humanos e Participação Popular

Portarias

PORTARIA Nº 428/19

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 910/2019, do Presidente, Deputado Eriberto Medeiros.

RESOLVE: fazer retornar à Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, o servidor **GILBERTO FERREIRA DE ALMEIDA**, matrícula nº 42.275, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2019.

Sala Austro Costa, 30 de janeiro de 2019.

CHRISTIANE VASCONCELOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 429/19

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 915/2019, do Presidente, Deputado Eriberto Medeiros.

RESOLVE: fazer retornar à Secretaria de Educação, da Prefeitura da Cidade do Recife, a servidora **PATRÍCIA BENEVIDES DOS SANTOS**, matrícula nº 57.369-5, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2019.

Sala Austro Costa, 30 de janeiro de 2019.

CHRISTIANE VASCONCELOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 430/19

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no Art.80, inciso I, da Lei nº 6.123/68, e tendo em vista o contido no Ofício nº 018/2019, da **Superintendência de Comunicação Social**,

RESOLVE: designar a servidora **JÚLIA CAROLINA VARGAS GUIMARÃES**, matrícula nº 545, Analista Legislativo, especialidade Comunicação Social, NI04, para responder pela Chefia do Departamento de Rádio, durante o gozo das férias regulamentares do titular **MAURO LÚCIO NASCIMENTO**, matrícula nº 551, no período de 02 de janeiro a 31 de janeiro de 2019, referente ao exercício de 2018.

Sala Austro Costa, 30 de janeiro de 2019.

CHRISTIANE VASCONCELOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 431/19

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 914/2019, do Presidente, Deputado Eriberto Medeiros.

RESOLVE: fazer retornar à Prefeitura da Cidade do Recife, o servidor **NOEL CALIXTO DE CARVALHO**, matrícula nº 21.916-4, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2019.

Sala Austro Costa, 30 de janeiro de 2019.

CHRISTIANE VASCONCELOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 432/19

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 000611/2019 e Parecer da Procuradoria Geral nº 48/2019,

RESOLVE: conceder à servidora **IZOLDA DE FRANÇA BEZERRA**, matrícula nº 497, Auxiliar de Serviços, GBC2 E10, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 06 (seis) meses de licença prêmio, para gozo oportuno, correspondentes ao 2º (segundo) decênio, completado em 15 de janeiro de 2019, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 30 de janeiro de 2019.

CHRISTIANE VASCONCELOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 433/19

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 00414/2019 e Parecer da Procuradoria Geral nº 37/2019,

RESOLVE: considerar licenciada para gozo de Licença Prêmio, no período de 01 (um) mês, referente ao 2º (segundo) decênio, a partir do dia 01 de fevereiro de 2019, a servidora **VERÔNICA CRISTINA BARROS RAMOS**, matrícula nº 492, Analista Legislativo, especialidade Comunicação, NI10, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 30 de janeiro de 2019.

CHRISTIANE VASCONCELOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 434/19

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 913/2019, do Presidente, Deputado Eriberto Medeiros.

RESOLVE: fazer retornar à Prefeitura da Cidade do Recife, o servidor **NIÉCIO ARAÚJO FERRAZ**, matrícula nº 19.036-8, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2019.

Sala Austro Costa, 30 de janeiro de 2019.

CHRISTIANE VASCONCELOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 435/19

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 911/2019, do Presidente, Deputado Eriberto Medeiros.

RESOLVE: fazer retornar à Agência de Tecnologia da Informação (ATI) do Estado de Pernambuco, a servidora **MARIA TARCIANA CORREIA CAVALCANTI DE MORAIS**, matrícula nº 42.120, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2019.

Sala Austro Costa, 30 de janeiro de 2019.

CHRISTIANE VASCONCELOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 436/19

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 000468/2019 e Parecer da Procuradoria Geral nº 39/2019,

RESOLVE: conceder ao servidor **ANTÔNIO STÊNIO SOBREIRA DE ALMEIDA**, matrícula nº 512, Policial Legislativo, NIII10, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 06 (seis) meses de licença prêmio, para gozo oportuno, correspondentes ao 2º (segundo) decênio, completado em 15 de janeiro de 2019, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 30 de janeiro de 2019.

CHRISTIANE VASCONCELOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 437/19

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 060/2018, do Deputado **Cloaldo Magalhães**,

RESOLVE: lotar naquele Gabinete Parlamentar, a servidora **JOANNA AMÉLIA DO RÉGO SANTOS**, matrícula nº 42.454, da Prefeitura da Cidade do Recife-PCR, ora à disposição deste Poder, retroagindo seus efeitos ao dia 22 de novembro de 2018.

Sala Austro Costa, 30 de janeiro de 2019.

CHRISTIANE VASCONCELOS
Superintendente Geral

Escala de Férias

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO FUNCIONAL
GERÊNCIA DE CADASTRO FUNCIONAL

ESCALA DE FÉRIAS

A Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. 1º Secretário, faz publicar, nos termos dos Atos nº. 468/89 e 598/15 do Presidente e, cumprindo o disposto no artigo 103 da Lei nº. 6123/68, a Escala de Férias dos servidores integrantes dos quadros de pessoal efetivo e comissionado da Assembleia Legislativa, na seguinte ordem:

MAT	NOME DO FUNCIONÁRIO	EXERCÍCIO	GOZO
0000438	ALEXANDRE RICARDO CAVALCANTI FERREIRA DE OLIVEIRA	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000130	ANTONIO PEDRO DE ALBUQUERQUE SIMOES	2019	4/2/2019 5/3/2019
0000512	ANTONIO STENIO SOBREIRA DE ALMEIDA	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000363	CARMEM SOLANGE COUTINHO	2018	1/1/2019 30/1/2019
0000610	DANIELA MARIA MARINHO DE ALBUQUERQUE	2018	11/2/2019 12/3/2019
0000525	DOUGLAS STRAVOS DINIZ MORENO	2019 2º PERÍODO	1/2/2019 2/3/2019
0000567	EDNILSON DA SILVA CARDOSO	2019	4/2/2019 5/3/2019
0000205	ELIANE MARTINS RANGEL	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000647	EURICO DE LIRA ARAUJO JUNIOR	2018	4/2/2019 5/3/2019
0000284	FABIOLA TINE BRASILEIRO	2019	4/1/2019 2/2/2019
0000543	FERNANDA DA SILVA PINHO	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000366	FRANCISCO RODRIGUES DE SA	2019	2/2/2019 3/3/2019
0000310	GLAUCO JORGE BARROS CABRAL	2018	1/1/2019 30/1/2019
0000501	GUSTAVO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000422	IRACEMA MODESTO DE ARAUJO	2019	4/2/2019 5/3/2019
0000285	JAIR JUSTINO PEREIRA	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000380	JEANE GILVANIA DE AQUINO CORIOLANO	2018	1/2/2019 2/3/2019
0000114	JOAQUIM DO REGO CAVALCANTI	2019	1/2/2019 2/3/2019
0023832	JOSE ANTONIO MONTANHA FILHO	2018	14/2/2019 15/3/2019
0000321	JOSE CANISIO GONCALVES DE LIMA FILHO	2019	4/2/2019 5/3/2019
0000224	JOSE NEWTON DE OLIVEIRA SALES	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000313	JOSEFA JOSINAIDE BARBOSA DO REGO	2019	4/2/2019 5/3/2019
0023822	LILY PONTUAL FERREIRA	2018	1/2/2019 2/3/2019
0000631	LUIS OTAVIO CAVALCANTE BORBA	2018	1/2/2019 2/3/2019
0000158	LUIZ LEONARDO DE LIMA	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000147	LUPERCIO DE FREITAS BRITO	2018	4/2/2019 5/3/2019
0000212	MARIA DO SOCORRO DA SILVA	2019	4/2/2019 5/3/2019
0029570	MARIA DOS ANJOS VIANA DE MELO	2017	1/2/2019 2/3/2019
0000298	MARIA JOSE CORREIA DE OLIVEIRA	2019	11/2/2019 12/3/2019
0000286	MARIA MARGARIDA FREIRE NOVAES	2019	4/2/2019 5/3/2019
0000494	MARIA ROSANGELA ALMEIDA DE HOLANDA CAVALCANTI	2019	4/2/2019 5/3/2019
0000207	MARTA DOMITILA MONTEIRO DE FREITAS	2019	7/2/2019 8/3/2019
0000440	MAVIAILSON CARNEIRO DA SILVA	2019	4/2/2019 5/3/2019
0000538	NATALIA DORNELAS CAMARA COCINO DA COSTA	2019	4/2/2019 5/3/2019
0000354	OTANEIDE MARIA DE SIQUEIRA	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000451	PAULO ROBERTO FERNANDES PINTO JUNIOR	2019 2º PERÍODO	6/2/2019 7/3/2019
0000606	RAFAEL DOS SANTOS TAVARES	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000393	RICARDO DE OLIVEIRA LIBERATO	2018	1/2/2019 2/3/2019
0000369	RICARDO JOSE BEZERRA DE FREITAS	2019	1/2/2019 2/3/2019
0027200	ROMERO CAMPOS DE LEMOS	2018	1/2/2019 2/3/2019
0000464	ROMULO DE QUEIROZ MOURA	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000345	SANDRA BATISTA VERAS	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000140	SEVERINO DE MELO SANTIAGO	2019	4/2/2019 5/3/2019
0000521	SIRLENIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO ALVES	2019	1/2/2019 2/3/2019
0000478	SUZANA DINIZ SOARES PESSOA	2019	4/2/2019 5/3/2019
0029528	TATIANA SEABRA BARCELOS	2018	1/2/2019 2/3/2019
0023861	TERCIA MARIA DE AZEVEDO ALBUQUERQUE	2017	1/2/2019 2/3/2019

Em 29 de janeiro de 2019

LUIZ FELIPE MALTA MONTENEGRO
Gerente de Cadastro Funcional

TACIANA MARIA BARBOSA GUERRA
Chefe do Depto. de Gestão Funcional

CRISTIANE ALVES DE LIMA SANTANA
Superintendente de Gestão de Pessoas